

Argo IV
Transmissora de
Energia S.A

**Demonstrações Financeiras do
Exercício findo
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo IV Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo IV Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36	40	Fornecedores	13	3.153	6.842
Títulos e valores mobiliários	5.2	32.380	24.857	Encargos sociais e trabalhistas	14	141	142
Contas a receber de clientes	6	10.901	9.120	Imposto de renda e contribuição social		-	1.140
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	742	630	Obrigações tributárias	15	2.020	1.887
Tributos a compensar	9	38	6	Obrigações regulatórias	16	716	783
Contas a receber - partes relacionadas	20	8	-	Dividendos a pagar		319	-
Ativo da concessão	7	96.230	95.617	Contas a pagar - partes relacionadas	20	202	139
Despesas pagas antecipadamente	10	3.694	36	Empréstimos e Financiamentos	17	17.123	17.460
Outros ativos		4.430	1.125	PIS e COFINS diferidos	18	8.901	8.845
Total do ativo circulante		148.459	131.431	Provisões		-	348
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		7.191	1.632
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	11.430	10.107	Total do passivo circulante		39.766	39.218
Ativo da concessão	7	845.723	848.812	NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		6.145	3.406	Fornecedores	13	39.035	39.035
Imobilizado	11	1.819	1.163	Empréstimos e Financiamentos	17	284.168	300.579
Intangível	12	479	247	Provisão para contingências	19	2.196	-
Total do ativo não circulante		865.596	863.735	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	139.306	133.416
				PIS e COFINS diferidos	18	78.229	78.515
				Outros passivos		3.923	-
				Total do passivo não circulante		546.857	551.545
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
				Capital social		172.826	172.826
				Reserva de lucros		246.955	231.577
				Dividendos adicionais propostos		7.651	-
				Total do patrimônio líquido		427.432	404.403
TOTAL DO ATIVO		1.014.055	995.166	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.014.055	995.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		3.611	5.094
Remuneração financeira do ativo de concessão		123.318	99.736
Revisão tarifária periódica		(34.652)	-
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(10.271)	(9.961)
RECEITA LÍQUIDA	22	<u>82.006</u>	<u>94.869</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	23	(5.352)	(4.936)
LUCRO BRUTO		<u>76.654</u>	<u>89.933</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	23	(2.586)	(2.783)
Outras despesas e receitas operacionais		-	934
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>74.068</u>	<u>88.084</u>
Receitas financeiras	24	3.213	2.161
Despesas financeiras	24	(25.622)	(34.743)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(22.409)</u>	<u>(32.582)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>51.659</u>	<u>55.503</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25	(2.421)	(1.210)
Diferido	25	(5.890)	(76.922)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>43.348</u>	<u>(22.629)</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	26	0,2508	(0,1309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	43.348	(22.629)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>43.348</u>	<u>(22.629)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		105.500	15.654	238.552	-	-	-	359.706
Aumento de Capital		67.326	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(22.629)	(22.629)
Constituição de reservas de incentivo fiscal		-	-	-	4.506	-	(4.506)	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(27.135)	-	-	27.135	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		172.826	15.654	211.417	4.506	-	-	404.403
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	43.348	43.348
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	21	-	-	-	9.301	-	(9.301)	-
Constituição de Reserva Legal	21	-	2.167	-	-	-	(2.167)	-
Constituição de Reserva de lucros		-	-	23.910	-	-	(23.910)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(319)	(319)
Distribuição de dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	-	7.651	(7.651)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		172.826	17.821	215.327	13.807	7.651	-	427.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		43.348	(22.629)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	5.890	76.922
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	2.421	-
Provisão para PIS e Cofins diferidos	18	(230)	1.317
Remuneração do ativo de concessão	22	(123.318)	(99.736)
Receita de operação e manutenção	22	(4.228)	(3.686)
Receitas de títulos e valores mobiliários	24	(3.365)	(3.315)
Depreciação e amortização	23	149	41
Juros e variação monetária sobre empréstimos	24	21.348	23.938
Caixa gerado pelas operações		(57.985)	(27.148)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(1.781)	(1.136)
Ativo da concessão	8	130.022	160.412
Tributos a compensar	9	(144)	(402)
Despesas pagas antecipadamente	10	(3.658)	290
Contas a receber - partes relacionadas	20	(8)	-
Outros Ativos		(6.044)	7.567
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(3.689)	4.987
Imposto de renda e contribuição social	25	(872)	1.140
Encargos sociais e trabalhistas	14	(1)	14
Obrigações tributárias	15	133	(1.040)
Obrigações regulatórias	16	(67)	402
Contas a pagar - partes relacionadas	20	63	(27.783)
Provisões		1.848	348
Outros passivos		9.482	886
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.689)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		64.610	118.537
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(1.037)	1.423
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5	(205.683)	(117.517)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5	200.202	90.499
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(6.518)	(25.595)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos	17	(16.411)	(39.125)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(21.685)	(6.764)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5	-	753
Dividendos pagos		(20.000)	(48.073)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(58.096)	(93.209)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(4)	(267)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	36	307
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	40	40
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4)	(267)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada Rialma Transmissora de Energia III S.A.) (“Companhia” ou “Argo IV”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia iniciou suas operações em julho de 2021.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 03 de novembro de 2021, a antiga controladora da Companhia firmou contrato de compra e venda da totalidade das suas ações para a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. A efetivação da venda dependia de certas condições precedentes que fazem parte daquele contrato que na presente data já se encontram integralmente cumpridas. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 4.061 de 20 de dezembro de 2021 e em 27 de janeiro de 2022 foi obtida também a anuência prévia do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB por meio do ofício 2022/0183-064. A transferência de controle ocorreu em 31 de janeiro de 2022, em decorrência da transferência a denominação da Companhia passou a ser Argo IV Transmissão de Energia S.A.

A Companhia é controlada integral da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1. Concessão

A Companhia tem por objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 30, objeto de leilão da ANEEL, composto pelas instalações localizadas no estado de Piauí, Pernambuco e Ceará, compostas pela linha de transmissão Milagres II, Queimada Nova II, em 500 kv com extensão aproximada de 322 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$ 63.900 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 86.422 (valor para o ciclo 2022-2023), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IV.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

(a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

(b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo da concessão que é determinada de acordo com a variação do IPCA.

(c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 29 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

2.5. Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando a Companhia a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas para melhor entendimento dos usuários das informações das demonstrações financeiras.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fundos vinculados – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4. Ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconhece um ativo intangível mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.5. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo IV obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.7. Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.8. Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/ IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.10. Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo da concessão de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo da concessão passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo da concessão, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo da concessão é de 8,85% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo da concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma

reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 42.471 representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo da concessão em contrapartida do saldo do ativo da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo da concessão

Conforme descrito acima o Ativo da concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito na nota explicativa 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.

3.11. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a. Ativos financeiros e ativos da concessão

Um ativo financeiro e ativo da concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.12. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.13. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como	01/01/2024

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
	Circulantes ou Não Circulantes	
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Passivos não circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	36	40
Total	36	40

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos valores mobiliários	16.843	24.857
Fundo Santander Referenciado DI	15.537	-
Total	32.380	24.857

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 106,97% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Fundos Vinculados - Caixa restrito

	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva (**)	11.430	10.107
Total	11.430	10.107

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 100,24% do CDI (97,39% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes	10.901	9.120
Total	<u>10.901</u>	<u>9.120</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	8.910	8.404
Títulos vencidos em até 30 dias	28	-
Títulos vencidos em até 90 dias	1.025	211
Títulos vencidos há mais de 90 dias	938	505
	<u>10.901</u>	<u>9.120</u>

7. ATIVO DA CONCESSÃO

7.1 Composição do Ativo da concessão – Saldos Acumulados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	666.693	666.693
Receita de operação e manutenção	7.914	3.686
Receita de remuneração do ativo de concessão	524.297	400.979
Recebimentos	(256.951)	(126.929)
Total	<u>941.953</u>	<u>944.429</u>
Circulante	96.230	95.617
Não circulante	845.723	848.812

7.2 Margem do Ativo da concessão

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Margem de O&M		
Receita	4.228	3.686
Custos	(5.352)	(4.936)
Margem (R\$)	<u>(1.124)</u>	<u>(1.250)</u>
Margem Percebida (%)	-27%	-34%

7.3 Movimentação do Ativo da concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2021	930.191
Remuneração do ativo de concessão e variação monetária	99.736
Receita de operação e manutenção	3.686
Recebimentos	(89.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.429
Remuneração do ativo de concessão e variação monetária	123.318
Receita de operação e manutenção	4.228
Recebimentos	(130.022)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	941.953

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda a compensar	738	574
Contribuição Social a compensar	4	56
Total	<u>742</u>	<u>630</u>

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a compensar	2	1
COFINS a compensar	7	4
Outros tributos a compensar	29	1
Total	<u>38</u>	<u>6</u>

10. DESPESA PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar	44	36
Fianças bancárias	3.650	-
Total	<u>3.694</u>	<u>36</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 29.

11. IMOBILIZADO

1.11. Composição do imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	1.826	(71)	1.755	1.139
Móveis e utensílios	71	(7)	64	24
Total	1.897	(78)	1.819	1.163

1.12. Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	1.139	687	(71)	1.755
Móveis e utensílios	24	47	(7)	64
Total	1.163	734	(78)	1.819

12. INTANGÍVEL

12.1 Composição do intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Softwares	587	(108)	479	247
Total	587	(108)	479	247

12.1 Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em serviço				
Softwares	247	303	(71)	479
Total	247	303	(71)	479

13. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	42.188	45.877
Total	42.188	45.877

Classificados como:

Circulante	3.153	6.842
Não Circulante (*)	39.035	39.035

(*) A Companhia possui um passivo de Fornecedores a longo prazo referente a processos de ação indenizatória de títulos de crédito em andamento oriundos da antiga administradora da Companhia.

14. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de bônus	84	80
Provisão de férias	34	28
Encargos trabalhistas	23	34
Total	<u>141</u>	<u>142</u>

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	1.846	1.467
ICMS	4	198
ISS de terceiros	34	62
Outros tributos	136	160
Total	<u>2.020</u>	<u>1.887</u>

16. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	571	532
Encargos regulatórios a recolher	145	251
Total	<u>716</u>	<u>783</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituição financeira</u>	<u>Banco do Nordeste (i)</u>	<u>Banco Bradesco</u>	<u>Total</u>
Saldo final 31/12/2021	337.801	2.189	339.990
Juros e variação monetária	23.398	-	23.398
Pagamentos Principal	(36.539)	(2.046)	(38.585)
Pagamentos Juros	(6.621)	(143)	(6.764)
Saldo final 31/12/2022	318.039	-	318.039
Juros e variação monetária	21.348	-	21.348
Pagamentos Principal	(16.411)	-	(16.411)
Pagamentos Juros	(21.685)	-	(21.685)
Saldo final 31/12/2023	301.291	-	301.291

Classificado como:	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	17.123	17.460
Não Circulante	284.168	300.579

(i) A Companhia firmou contrato junto ao Banco do Nordeste S.A. em junho de 2020 com vencimento até 15 de julho de 2039 um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 340.017 e tem como garantia o saldo das aplicações financeiras vinculadas (Nota 5.2), fianças bancárias e avais concedidos pela acionista.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	17.123
2026	16.411
2027	16.411
2028 em diante	<u>234.223</u>
Total	<u>284.168</u>

Garantias

- Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:
- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo IV;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

18. PIS E COFINS DIFERIDOS

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.043
Constituição	8.895
Amortização	(7.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	87.360
Constituição	21.759
Amortização	(21.989)
Saldos em 30 de setembro de 2023	87.130
Circulante	8.901
Não circulante	78.229

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, perfazem o montante de R\$ 2.196, (não havia montante em 31 de dezembro de 2022), deste montante a Companhia já havia registrado R\$ 2.259 como passivo de Fornecedores e, portanto, não constituiu nova provisão.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 90 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2022).

20. PARTES RELACIONADAS

O saldo do passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 202 (R\$139 em 2022) e ativo de R\$ 8 (R\$ 0 em 2022) representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo I	8	202	-	139	2.588	316
Total	8	202	-	139	2.588	

20.1 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 e R\$ 7.161, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	<u>8.303</u>	<u>7.161</u>

O montante total da remuneração pago pela Argo Transmissão de Energia S.A. é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 448 (R\$ 387 em 31 de dezembro de 2022).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 172.826 tendo sido integralizados 172.825.949 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado da Companhia é como se segue:

Acionistas	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	172.825.949	100%	172.825.949	100%

21.1 Reservas de Lucros

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

(b) Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0142/2018 em substituição ao de nº 0242/2017 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 29 de dezembro de 2017 foi garantido à Argo IV Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

(c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Em 27 de fevereiro de 2023, foi aprovada a distribuição de R\$ 20.000 a título de dividendos que foram pagos dentro do exercício de 2023.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	43.341	(22.630)
Reserva legal – (5%)	(2.167)	1.131
Reserva de Incentivo Fiscal	(9.301)	4.505
Lucro líquido ajustado	<u>31.873</u>	<u>(16.994)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	319	475
Dividendos adicionais propostos	7.651	11.411
Dividendos por ação	0,046	0,069

22. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração do ativo da concessão	123.318	99.736
Receita de operação e manutenção	4.228	3.686
Revisão tarifária periódica	(34.652)	-
Parcela Variável e outras deduções	(132)	(5)
Outras receitas	(618)	1.408
Receita bruta	<u>92.144</u>	<u>104.825</u>
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	229	(1.089)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(9.355)	(7.842)
(-) Encargos regulatórios	(1.012)	(1.025)
Receita líquida	<u>82.006</u>	<u>94.869</u>

23. CUSTOS E DEPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de Terceiros	(4.174)	(3.629)
Pessoal	(2.747)	(2.084)
Arrendamentos e aluguéis	(321)	(75)
Depreciação e Amortização	(149)	(39)
Seguros	(71)	-
Tributos	(16)	(18)
Materiais	(726)	(287)
Provisão para Contingência	(91)	-
Outros	357	(1.587)
Total	<u>(7.938)</u>	<u>(7.719)</u>
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(5.352)	(4.936)
Despesas gerais e administrativas	(2.586)	(2.783)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	3.365	1.936
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(157)	(16)
Outras receitas financeiras	5	241
Total	<u>3.213</u>	<u>2.161</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(30)	(11)
Juros e variação monetária	(21.348)	(23.938)
Outras despesas financeiras	(4.244)	(10.794)
Total	<u>(25.622)</u>	<u>(34.743)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(22.409)</u>	<u>(32.582)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação das despesas com IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correntes apresentada no resultado nos períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	51.659	55.502
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(17.564)	(18.871)
Benefício fiscal	9.675	4.506
Adições e exclusões permanentes	-	(63.767)
Outros	(422)	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(5.890)	(76.922)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(2.421)	(1.210)
Alíquota efetiva	16%	141%

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(56.494)	(56.494)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	3.275	-	3.275
Contratos de concessão (b)	-	(80.197)	(80.197)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.275	(136.691)	(133.416)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(1.721)	-	(1.721)
Contratos de concessão (b)	179.404	(183.573)	(4.169)
Saldos em 30 de dezembro de 2023	180.958	(320.264)	(139.306)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação a partir de 2022.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	43.348	(22.629)
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias	172.826	172.826
Lucro líquido básico por ação (R\$ por ação)	0,2508	(0,1309)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	32.380	24.857	32.380	24.857
Total			32.380	24.857	32.380	24.857
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	36	40	36	40
Contas a receber de clientes	6	2	10.901	9.120	10.901	9.120
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	11.430	10.107	11.430	10.107
Total Ativo			22.367	19.267	22.367	19.267
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	13	2	3.153	45.877	3.153	45.877
Empréstimos e Financiamentos	17	2	301.291	318.039	301.291	318.039
Outros passivos		2	11.114	1.632	11.114	1.632
Total Passivo			315.558	365.548	315.558	365.548

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Empréstimos e financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 10.901 (R\$ 9.120 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários e (iii) fundos vinculados – caixa restrito.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	3.153	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	301.291	17.123	16.411	250.634
Total	304.444	17.123	16.411	250.634

27.1 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	36	4	3	2
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	32.380	3.772	2.829	1.886
Fundos restritos	Redução do CDI	11.430	1.332	999	666
Total		43.846	5.108	3.831	2.554
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	301.291	19.735	14.801	9.868
Total		301.291	19.735	14.801	9.868

28. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/12/2023	31/12/2022
Compensação de IRPJ	9.301	4.506

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O